

Brasil busca destravar pendências para COP30

Reunião Climática de Bonn pode abrir caminhos para acordos em Belém

Espécie de ensaio geral da diplomacia antes das conferências do clima da ONU, a nova edição das Reuniões Climáticas de Junho — que acontecem todos os anos em Bonn, na Alemanha — começa nesta segunda-feira (16) com uma delegação do Brasil determinada a amarrar as pontas soltas deixadas nas negociações passadas.

O objetivo é resolver as pendências, abrindo caminho para a extensa agenda prioritária que a presidência brasileira quer impor à COP30, cúpula climática das Nações Unidas que acontece em novembro, em Belém, e pretende ser a “COP da implementação”.

“Temos alguns temas que não foram acordados na última COP [29, em Baku] que se tornaram ainda mais importantes para esta reunião em Bonn”, disse Ana Toni, diretora-executiva da 30ª conferência mundial do clima da ONU.

Segundo ela, entre as prioridades da presidência brasileira destacam-se três temas: a transição energética justa, os indicadores de adaptação e o diálogo para o chamado balanço global, mais conhecido pela expressão em inglês “global stocktake” (GST).

Apesar de alguns avanços, o Grupo de Trabalho para a Transição Justa — que trata do processo de migração para uma economia de baixo carbono de forma equitativa, com proteção de grupos vulneráveis e comunidades afetadas, geração de empregos verdes e participação social — não teve consenso na última COP, no Azerbaijão.

A presidência da COP30 propôs diversas iniciativas para tentar envolver atores que tradicionalmente têm sido sub-representados nos espaços de discussão. Em Bonn, está prevista uma



Cúpula Climática da ONU acontece no fim do ano em Belém, capital do Pará

série de encontros nesse sentido, incluindo o diálogo com povos indígenas e comunidades locais.

Essencial para avaliar o progresso dos países em suas metas de redução de gases-estufa, o balanço global é um mecanismo previsto no Acordo de Paris, devendo ocorrer a cada cinco anos. O primeiro relatório foi apresentado na COP28, em Dubai, mas os países não chegaram a um consenso na implementação de elementos fundamentais nos resultados.

Um dos principais objetivos para Bonn é, portanto, chegar pelo menos a uma proposta preliminar sobre a implementação desses resultados.

Os indicadores de adaptação climática, escolhidos como uma das prioridades pela delegação brasileira, também são considerados centrais por ambientalistas para o avanço das discussões em Bonn. Uma versão consolidada desses indicadores será analisada

e discutida pelos países pela primeira vez nas Reuniões de Junho.

Na avaliação de Alexandre Prado, líder em mudanças climáticas do WWF-Brasil, que acompanha a conferência em Bonn, os três temas indicados como centrais pelo Brasil são justamente os que têm maiores chances de progresso na reunião, informalmente conhecida como pré-COP.

“Embora não tenha sido o caso para os indicadores de adaptação, a questão da transição justa e do balanço global quase chegaram a um acordo em Baku. Então, faltou muito pouco para chegar, o texto deles não estava ruim, era interessante, embora pudesse ser melhorado”, afirmou.

“A expectativa é que se avance nisso agora, deixando tudo pronto para que se tenha um acordo nos primeiros dias da COP30”, completou.

A reunião em Bonn, contudo, deve sair com poucos avanços em relação ao financiamen-

to climático, um dos pontos mais sensíveis da diplomacia, que opõe países ricos, responsáveis por pagar a conta, e as nações mais vulneráveis, que recebem os recursos.

Na COP29, em Baku, os países concordaram com o Novo Objetivo Coletivo Quantificado — mais conhecido pela sigla em inglês NCQG —, que ampliou para US\$ 300 bilhões anuais, até 2035, os recursos para ação climática, com o objetivo acordado, mas sem nenhum caminho concreto definido, de expandir o valor para US\$ 1,3 trilhão, minimizando recursos públicos e privados.

O mapa do caminho para chegar até lá, bem como os menores do tipo de financiamentos, têm motivado debates acalorados entre as delegações.

Em sua terceira carta pública, o presidente da COP30, André Corrêa do Lago, destacou a importância do diálogo em Bonn

para reforçar o multilateralismo climático.

A experiência na cidade alemã será uma espécie de termômetro para o ambiente das negociações em Belém. Neste momento, as atenções estão voltadas sobretudo para a postura dos EUA, que já anunciaram a saída do Acordo de Paris, mas que só estarão formalmente desvinculados a partir de janeiro de 2026.

Antes de embarcar para a Alemanha, a CEO da COP30, Ana Toni, participou de uma maratona de eventos ambientais na Europa, incluindo a Unoc3, a 3ª Conferência das Nações Unidas sobre o Oceano, em Nice, na França.

Toni destaca que aproveitou para se aprofundar em diálogos sobre a entrega das atualizações dos planos de redução de emissões, as chamadas NDCs, sigla em inglês para contribuições nacionalmente determinadas.

A COP30 marcará os dez

anos da assinatura do Acordo de Paris, e a atualização das NDCs, que medem o progresso dos países rumo às suas metas, será parte essencial do debate.

“Até agora, apenas 22 NDCs foram formalmente comunicadas. Esta passagem aqui pela Europa tem nos dado uma boa visão de onde estão as NDCs em elaboração, tanto as europeias quanto as de outros países.”

Segundo Toni, há sinais positivos, como os recentes avanços na tramitação da NDC da Noruega. Ela diz, contudo, que é preciso cautela até que os documentos estejam realmente entregues.

A CEO da COP30 reflete que parte da demora na formalização dos planos está ligada à dimensão adquirida por esses documentos, que se converteram também em “instrumentos de debate e tensão”.

“Isso acontece em termos não apenas de ter uma meta [de redução de emissões], mas também de ver como vai ser implementada e o quanto isso tudo custará”, afirmou.

“Então, as NDCs estão muito mais detalhadas, envolvendo atores. E isso é um bom sinal: mostra que a mudança do clima virou um tema transversal nas sociedades e que ter debates e tensões é uma parte da reflexão, porque vai ajudar na implementação também”, completou.

Formalmente chamadas de 62ª sessão dos Órgãos Subsidiários (SB62), as Reuniões Climáticas de Junho acontecem até 26 de junho. A expectativa oficial dos organizadores é que haja 5.000 participantes. Ao contrário das COPs, esse encontro técnico não produz um documento final.

Por Giuliana Miranda (Folhapress)

Leilão na Foz do Amazonas pode complicar licenciamentos no Ibama

O Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) alerta que, sem um estudo mais amplo dos impactos socioambientais da exploração da Foz do Amazonas, o próximo leilão de petróleo pode criar uma fila de licenciamentos no órgão.

Em ofício ao qual a Folha teve acesso, o presidente do órgão, Rodrigo Agostinho, cita especificamente a falta de uma análise chamada de AAAS (avaliação ambiental de área sedimentar).

Esse tipo de estudo (que avalia não só um empreendimento específico, mas toda uma região) jamais foi feito para a margem equatorial. Sua ausência é uma reclamação constante no Ibama, que atualmente analisa a licença para a Petrobras perfurar o bloco 59 da bacia Foz do Amazonas.

O bloco é o foco da tensão que envolve a exploração de petróleo na região, atividade que opõe as visões da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e do titular de Minas e Energia, Alexandre Silveira.

O próximo leilão da ANP (Agência Nacional de Petróleo e Gás) está marcado para esta terça-feira (17), e ofertará 47 blocos da bacia Foz do Amazonas e mais 17 na Potiguar — ambas compõe a

margem equatorial, entre outros.

A pressão pela ampliação da exploração na região é grande, uma vez que o governo Lula (PT) aposta na atividade como uma das fontes de arrecadação para equilibrar as contas públicas, em um contexto de crise com o Congresso Nacional.

No documento do Ibama, Agostinho cita que, além dos 47 blocos na bacia Foz do Amazonas em oferta nesta terça, há outros 8 blocos da região já arrematados por empresas anteriormente. Este cenário, diz ele no documento, “poderá acarretar na multiplicação desordenada de futuras solicitações de licenças ambientais”.

“Alerta-se para a dificuldade de concessão fragmentada e sucessiva de licenças de exploração, sem a devida avaliação ambiental de área sedimentar (AAAS)”, completa.

Procurado, o Ministério de Minas e Energia afirmou que “a morosidade na análise desses pedidos não se deve à inexistência da AAAS, mas sim aos fluxos internos do órgão licenciador”.

Em nota, Ibama reiterou que a avaliação possibilitaria uma análise estratégica da região, anteciparia riscos e daria segurança ao empreendimento.

“A ausência de AAAS torna



Ibama não tem análise da avaliação ambiental da área

mais complexo o processo de licenciamento ambiental, uma vez que diversos fatores críticos, que deveriam ser tratados como política pública e não como aspectos de projeto, não são adequadamente tratados nas instâncias adequadas”, afirma o órgão.

O aviso de Agostinho foi dado no mesmo ofício em que ele liberou os testes da Petrobras para o bloco 59, driblando os técnicos do Ibama que recomendavam barrar a operação.

O licenciamento ambiental traz entre suas obrigações, via de regra, o EIA (estudo de impacto ambiental). Essa análise é pontual: considera apenas os efeitos de um empreendimento sobre a

natureza no seu entorno.

A AAAS, por outro lado, é bem mais ampla. Ela deve ser feita pelo Ministério de Minas e Energia, em conjunto com o do Meio Ambiente, e avalia toda a estrutura, tanto social como ambiental, da região. Sua produção demora cerca de dois anos, mas não substitui o estudo de impacto ambiental — os dois são complementares.

Em 2023, quando o órgão rejeitou a licença ambiental para a Petrobras explorar o bloco 59, uma das razões elencadas foi a falta da AAAS além de problemas na proteção à biodiversidade, no enfrentamento às emergências e da não consideração de impactos a povos indígenas.

Depois disso, a AGU (Advocacia-Geral da União) decidiu que não havia previsão legal para que a falta da AAAS fosse motivo para negar licenças ambientais de petróleo.

A Petrobras entrou com um recurso contra a rejeição do Ibama, que desde então mudou o tom. Apesar de não vincular a ausência da avaliação à emissão da autorização, vem reiteradamente enfatizando sua importância até agora, não houve decisão final sobre o futuro do empreendimento.

Segundo integrantes do órgão ambiental, a região da bacia Foz do Amazonas é ainda pouco conhecida, e a AAAS serviria para dar maior subsídio às análises.

Para Suely Araújo, ex-presidente do Ibama e coordenadora de políticas públicas do Observatório do Clima, esta avaliação possibilita que as licenças ambientais sejam dadas sob um olhar sistêmico, não pontual.

“Não adianta conceder a licença do bloco 59 e alertar para os problemas advindos da exploração de futuras licenças. A resposta a esta licença, sem AAAS da região, deveria ser a negativa. O Ibama pode rejeitar essa licença e deveria fazê-lo”, diz.

Roberto Ardenghy, presiden-

te do IBP (Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás), ressalta, porém, que a exigência de tal documento não pode retroagir para aqueles empreendimentos já arrematados ou em processo de licitação, como o bloco 59.

“A AAAS tem que ser feita pelo poder público e ela deve ser prévia à licitação. Nesse sentido, se no futuro o governo decidir só colocar em licitação áreas que tenham AAAS, isso aumenta, claro, a segurança jurídica e regulatória para a empresa que vai adquirir aquela área. O que não pode é voltar e criar um requisito que não existia”, afirma.

A AAAS foi criada em 2013 e também deveria ser uma condição obrigatória para um bloco de petróleo ser leiloado pela ANP, o que não é respeitado.

Pela norma, o leilão pode ser autorizado excepcionalmente por uma “manifestação conjunta” dos ministérios de Minas e Energia e Meio Ambiente, mas apenas no caso de a avaliação não estar pronta.

Na prática, o que acontece, inclusive no caso da Foz do Amazonas, é que o governo não emite a AAAS e autoriza os leilões pelo caminho alternativo.

Por João Gabriel (Folhapress)